



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 08059.000424/2020-62

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO  
(COMPRAS)**

**MJSP – POLÍCIA FEDERAL**

**PREGÃO SRP Nº ...../2020  
(Processo Administrativo n.º 08059.000424/2020-62)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de embalagens de segurança destinadas à preservação da cadeia de custódia de vestígios de infrações penais de competência da Polícia Federal-PF, conforme padronização estabelecida no âmbito do Sistema Nacional de Criminalística por meio da Instrução de Serviço nº 024-DITEC/PF, de 19 de agosto de 2019, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, por meio de licitação, modalidade pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP), do tipo menor preço por item:

ÓRGÃO GERENCIADOR										
Item	1		2		3		4		5	
Unidade / Material	Tipo B: Medidas: 155mm x 200mm		Tipo C: Medidas: 195mm x 280mm		Tipo D: Medidas: 265mm x 345mm		Tipo E: Medidas: 315mm x 400mm		Tipo F: Medidas: 405mm x 485mm	
	Min.	Total	Min.	Total	Min.	Total	Min.	Total	Min.	Total
DITEC/PF	12.399	49.594	16.245	64.978	13.363	53.450	10.268	41.071	6.274	25.097
PARTICIPações										
Item	1		2		3		4		5	
Unidade / Material	Tipo B: Medidas: 155mm x 200mm		Tipo C: Medidas: 195mm x 280mm		Tipo D: Medidas: 265mm x 345mm		Tipo E: Medidas: 315mm x 400mm		Tipo F: Medidas: 405mm x 485mm	
	Min.	Total	Min.	Total	Min.	Total	Min.	Total	Min.	Total
CGAD/DLOG/PF (UASG 200334)	500	1.000	500	1.000	500	1.000	500	1.000	500	1.000
PC-RR (UASG 927020)	5.000	10.000	2.500	5.000	5.000	10.000	2.500	5.000	5.000	10.000
SR/PF/AL (UASG 200358)	500	1.000	500	1.000	500	1.000	500	1.000	500	1.000
SR/PF/AM (UASG 200382)	500	2.000	150	600	100	400	75	300	50	200
SR/PF/AC (UASG 200380)	3.000	3.000	2.000	2.000	2.000	2.000	1.000	1.000	1.000	1.000
SR/PF/BA (UASG 200346)	2.000	3.500	2.000	3.500	2.000	3.000	1.000	1.500	700	1.000
SR/PF/CE (UASG 200392)	300	600	400	800	700	1.400	800	1.600	800	1.600
SR/PF/DF (UASG 200338)	175	350	150	300	150	300	125	250	125	250
SR/PF/GO (UASG 200376)	1.750	3.500	1.750	3.500	1.500	3.000	750	1.500	500	1.000
SR/PF/PA (UASG 200386)	1.500	3.000	1.500	3.000	1.500	3.000	1.500	3.000	1.500	3.000
SR/PF/PB (UASG 200396)	1.500	2.000	1.500	2.000	750	1.000	750	1.000	750	1.000
SR/PF/PE (UASG 200398)	500	3.000	500	2.000	500	2.000	500	2.000	500	2.000
DPF/FIG/PR (UASG 200366)	1.000	4.000	1.500	6.000	1.000	4.000	1.000	4.000	1.000	4.000
SR/PF/SE (UASG 200344)	350	700	800	1.600	600	1.200	450	900	250	500
SR/PF/RJ (UASG 200346)	1.540	3.080	1.640	3.280	1.735	3.470	2.067	4.135	1.717	3.435
SR/PF/RO (UASG 200378)	350	700	800	1.600	600	1.200	450	900	250	500
		41.430		37.180		37.970		29.085		31.485
Totais Gerais	91.024		102.158		91.420		70.156		56.582	

1.2. A unidade referida no quadro acima corresponde a um envelope acompanhado de seu respectivo lacre. O levantamento dos quantitativos foi realizado com base no uso de embalagens registrado no Sistema de Criminalística-SISCRIM da Polícia Federal-PF e, em sequência, consulta formulada a cada unidade de Criminalística da Perícia Criminal da PF e do Instituto Nacional de Criminalística, conforme o constante no Processo SEI nº 08059.000086/2020-69;

sendo daí a origem das quantidades por tipo de embalagem plástica estabelecida para se atender à presente demanda, descrita no documento de Formalização da Demanda DITEC/PF (14870572).

1.3. Nos termos do art. 47 e inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014), a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Todavia, na aquisição em tela, não há itens cujo valor total (quantidade x valor unitário) sejam inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Desta forma, não haverá exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.4. Não haverá cota reserva em relação aos itens 1 a 5 objeto deste Pregão, pois há necessidade de padronização das unidades relativas a um mesmo item, quanto à sua qualidade e leiaute, conforme preconizado na Instrução de Serviço nº 24/2019 DITEC/PF.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. As embalagens (envelopes) plásticas com lacre a serem adquiridos serão utilizados, no âmbito da Criminalística da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC/PF, com o objetivo principal de assegurar a Cadeia de Custódia, garantindo assim, além do histórico detalhado de cada elemento de prova, a identidade inequívoca desse elemento e sua integridade. Com isso, pretende-se dotar os elementos de prova levados pela Polícia Federal ao Sistema de Justiça Criminal de um elevado grau de confiabilidade, valorizando todo o trabalho realizado e tornando praticamente inviável qualquer tipo de questionamento no sentido de desqualificá-lo. As embalagens de segurança atuam na preservação das características dos vestígios, protegendo-os de danos, de degradação precoce ou de contaminações, auxiliando na manutenção da integridade. Os formulários de registro de transferências solucionam simultaneamente a questão da manutenção do histórico dos elementos de prova e da formalização do responsável por sua custódia, e deverão atender às seguintes especificações:

1.7. As embalagens plásticas seguem a Instrução de Serviço nº 024-DITEC/PF, de 19 de agosto de 2019, Anexo I deste Termo de Referência (16737143), compondo-se de:

a) Envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais, fabricadas em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, com impressão em ambos os lados incluindo numeração e áreas de endereçamento para escrita esferográfica customizados para Polícia Federal, além de instruções de segurança e manuseio, conforme leiaute;

b) lacre plástico (mecânico) com fecho de segurança constituído de pinos de um lado e cápsulas de outro, descartáveis e sem possibilidade de reuso, capaz de manter suas características originais e sua inviolabilidade enquanto submetido a temperaturas na faixa de -20 °C até 65 °C

Os lacres de segurança das embalagens devem obedecer às seguintes especificações:

I – os lacres devem registrar de forma visível quaisquer violações ou tentativas de violação, de forma a ser possível constatar-las a olho nu, indicando, necessariamente, os ataques mecânicos ou outros tipos de ataque;

II – o método de fechamento do lacre deve apresentar características tais que não possibilitem a violação e novo fechamento sem deixar marcas evidentes;

III – para a guarda de vestígios sob congelamento, o lacre deve se manter completamente fechado na faixa de temperatura entre -20 °C até 65 °C e não deve estar sujeito a uma abertura acidental nessa faixa;

IV – uma mesma numeração identificadora única deve ser gravada no próprio lacre e também na embalagem, ambas no mesmo lado, quando eles forem fabricados em estruturas diferentes e com materiais de consistência e maleabilidade não similares;

V – uma numeração identificadora única pode ser gravada apenas na embalagem quando o lacre e a embalagem consistirem em uma única estrutura e forem feitos com materiais de consistência e maleabilidade similares;

VI – a numeração identificadora única, somente quando o material for rígido, pode ser gravada em relevo, ou alternativamente com impressão resistente a solventes comuns, como etanol, aguarrás e thinner; e

VII – a numeração identificadora deve ser também gravada em código de barras de padrão comercial, como Code128 ou compatíveis, e com perfeita legibilidade e definição de impressão.

**Observação:** O sistema de fecho dos os envelopes plásticos de segurança deve registrar qualquer tipo de violação, como por exemplo, por cola, frio, umidade, calor, gás freon ou outro gás.

O filme plástico das embalagens deve obedecer às seguintes especificações:

I – ter transparência suficiente para identificar os objetos em seu interior e realizar leitura de caracteres porventura gravados nos objetos;

II – não deve apresentar rugas, bolhas, furos, deformações ou mudança de transparência ao longo de toda a embalagem que possam se assemelhar a tentativas de abertura;

III – ter resistência suficiente para proteger e suportar o conteúdo até o limite de peso especificado;

IV – as soldas laterais de fechamento da embalagem devem ter uma faixa de segurança feita de forma a caracterizar qualquer tentativa de violação pela solda;

V – a faixa de segurança das soldas laterais da embalagem devem ser dotadas de impressão de linhas curvas ou similares que facilitem a identificação de violações; e

VI – a lateral inferior da embalagem e oposta ao lacre deve ter acabamento tipo dobra ou sanfona no plástico e não deve ter acabamento tipo solda.

A impressão do layout e formulário padronizados devem ter as seguintes especificações:

I – o formulário deve ser impresso em fundo branco e deve ser possível a escrita em caneta esferográfica, com rápida absorção para evitar borrões, sem a possibilidade de apagamento da escrita e com aderência a etiquetas adesivas convencionais; e

II – o layout deve ser impresso com uniformidade de cores, sem falhas e manchas que possam se assemelhar a tentativas de abertura.

**1.7.1. TIPO B: ENVELOPE PLÁSTICO COM LACRE DA POLÍCIA FEDERAL (MEDIDAS: 155 mm X 200 mm)**

Embalagem de segurança Tipo B: - Envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais e dotadas de sistema de lacre de segurança, fabricadas em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, possibilidade de impressão do leiaute em ambos os lados, sistema de fechamento com lacre plástico (mecânico) e fecho de segurança constituído de pinos de um lado e cápsulas de outro, os lacres serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso, com numeração e áreas de endereçamento para escrita esferográfica customizados para Polícia Federal, além de instruções de segurança e manuseio, para tratamento de vestígios e provas, tamanho 155 mm por 200 mm.

**1.7.2. TIPO C: ENVELOPE PLÁSTICO COM LACRE DA POLÍCIA FEDERAL (MEDIDAS: 195 mm X 280 mm)**

Embalagem de segurança Tipo C: - Envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais e dotadas de sistema de lacre de segurança, fabricadas em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, possibilidade de impressão do leiaute em ambos os lados, sistema de fechamento com lacre plástico (mecânico) e fecho de segurança constituído de pinos de um lado e cápsulas de outro, os lacres serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso, com numeração e áreas de endereçamento para escrita esferográfica customizados para Polícia Federal, além de instruções de segurança e manuseio, para tratamento de vestígios e provas, tamanho 195 mm por 280 mm.

**1.7.3. TIPO D: ENVELOPE PLÁSTICO COM LACRE DA POLÍCIA FEDERAL (MEDIDAS: 265 mm X 345 mm)**

Embalagem de segurança Tipo D: - Envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais e dotadas de sistema de lacre de segurança, fabricadas em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, possibilidade de impressão do leiaute em ambos os lados, sistema de fechamento com lacre plástico (mecânico) e fecho de segurança constituído de pinos de um lado e cápsulas de outro, os lacres serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso, com numeração e áreas de endereçamento para escrita esferográfica customizados para Polícia Federal, além de instruções de segurança e manuseio, para tratamento de vestígios e provas, tamanho 265 mm por 345 mm.

**1.7.4. TIPO E: ENVELOPE PLÁSTICO COM LACRE DA POLÍCIA FEDERAL (MEDIDAS: 315 mm X 400 mm)**

Embalagem de segurança Tipo E: - Envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais e dotadas de sistema de lacre de segurança, fabricadas em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, possibilidade de impressão do leiaute em ambos os lados, sistema de fechamento com lacre plástico (mecânico) e fecho de segurança constituído de pinos de um lado e cápsulas de outro, os lacres serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso, com numeração e áreas de endereçamento para escrita esferográfica customizados para Polícia Federal, além de instruções de segurança e manuseio, para tratamento de vestígios e provas, tamanho 315 mm por 400 mm.

**1.7.5. TIPO F: ENVELOPE PLÁSTICO COM LACRE DA POLÍCIA FEDERAL (MEDIDAS: 405 mm X 485 mm)**

Embalagem de segurança Tipo F: - Envelope plástico de segurança, tipo saco retangular, sem recortes ou abas nas laterais e dotadas de sistema de lacre de segurança, fabricadas em filme plástico coextrusado de três camadas e semirrígido, possibilidade de impressão do leiaute em ambos os lados, sistema de fechamento com lacre plástico (mecânico) e fecho de segurança constituído de pinos de um lado e cápsulas de outro, os lacres serão sempre descartáveis, sem possibilidade de reuso, com numeração e áreas de endereçamento para escrita esferográfica customizados para Polícia Federal, além de instruções de segurança e manuseio, para tratamento de vestígios e provas, tamanho 405 mm por 485 mm.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Cadeia de Custódia é o conjunto de procedimentos de registro da origem, das transferências de custódia (com a consequente responsabilidade) e de destinação final dos elementos de prova coletados ou produzidos no âmbito do processo penal, tendo sido formalmente introduzida no Direito Processual Penal brasileiro com o advento da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

2.2. O objetivo principal da Cadeia de Custódia é garantir, além do histórico detalhado de cada elemento de prova, a identidade inequívoca desse elemento e sua integridade. Com isso, pretende-se dotar os elementos de prova levados pela Polícia Federal ao Sistema de Justiça Criminal de um elevado grau de confiabilidade, valorizando todo o trabalho realizado e tornando praticamente inviável qualquer tipo de questionamento no sentido de desqualificá-lo.

2.3. Como forma de atingir seus objetivos, a Cadeia de Custódia demanda alguns requisitos elementares de funcionamento:

- I - deve haver uma sistemática que permita a individualização de cada elemento de prova, sua fácil e inequívoca identificação e sua relação com o fato investigado;
- II - toda transferência de custódia, ou seja, toda transferência de responsabilidade pela guarda de qualquer elemento de prova, deve ser registrada, inclusive a primeira movimentação, quando o material entra na esfera de domínio da Polícia Federal, e a última, quando ele deixa o domínio da instituição (ou quando deixa de ser considerado elemento de prova);
- III - durante todo o tempo que o material permanecer sob o domínio da Polícia Federal, deve haver um responsável formal por sua guarda, sendo esse responsável denominado de custodiante;
- IV - deve haver uma sistemática que permita a detecção de acessos não autorizados que possam comprometer a integridade dos elementos de prova.

2.4. A forma mais comum de implementação de cadeias de custódia, capaz de suprir os requisitos dos itens acima elencados, envolve a utilização de lacres numerados e de embalagens para o acondicionamento dos elementos de prova, juntamente com formulários (em papel ou eletrônicos) de registro das transferências.

2.5. Os lacres numerados, com números únicos, possibilitam uma identificação simples, rápida e eficiente de cada elemento, solucionando de forma satisfatória a questão da identificação, servindo ainda como indicadores da inviolabilidade do material, demonstrando a ocorrência de acessos não autorizados.

2.6. As embalagens, de formas e de materiais pré-definidos, atuam na preservação das características dos vestígios, protegendo-os de danos, de degradação precoce ou de contaminações, auxiliando na manutenção da integridade. Os formulários de registro de transferências solucionam simultaneamente a questão da manutenção do histórico dos elementos de prova e da formalização do responsável por sua custódia.

2.7. Essa metodologia aplica-se imediatamente aos vestígios materiais coletados em locais de crime sendo esse modelo de cadeia de custódia utilizado por quase todas as instituições policiais, de perícia criminal em geral, de exame de dopagem desportiva, de exames médicos de análises clínicas, de análises farmacêuticas, de análises ambientais etc. para garantir a identidade e a integridade dos materiais coletados para exames.

2.8. Explicitadas as razões da presente contratação e considerando que as embalagens de segurança da cadeia de custódia são materiais classificados como bens comuns e de uso constante pela Perícia Criminal Federal (podendo ainda ser utilizados por outras áreas da Polícia Federal), justifica-se a aquisição do objeto por meio de pregão, modalidade de licitação disciplinada pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

2.9. No entendimento da DITEC/PF, as embalagens de segurança são essenciais na cadeia de custódia e fortalecem a perícia e sua atuação no Local de Crime ou fora dele, tendo, portanto, associação direta com investimentos para a preservação das provas, fundamentais na análise dos vestígios examinados pelos peritos.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei nº 10.520, de 2002.

**4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) se justifica pelo atendimento ao disposto no inciso IV, art. 3º do Decreto nº 7.891/2013: "*quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração*"

4.2. A adoção da modalidade de SRP se aplica pelas seguintes razões:

- I - permitirá a Administração contratar na medida de suas necessidades e urgências; e
- II - assegurará maior flexibilidade na contratação administrativa;

- 4.3. Faz-se entender que a utilização do SRP está justificada. A Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir, e informando quantitativos estimados e máximos pretendidos. Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há compromisso assumido de contratação, nem mesmo utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui importante instrumento de gestão, notadamente quando as demandas são de difícil mensuração.
- 4.4. A opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, que em termos práticos significa ganhos de economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, por item ou grupo de itens, de acordo com a necessidade da Administração.
- 4.5. Não será permitida a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/13, visto que há padronização gráfica com emblema e específica para a instituição Polícia Federal-PF.
- 4.5.1. Considerando orientação fundamentada em julgado do TCU, que em seu Acórdão 1297/2015-Plenário aponta o uso da ARP por não participante do processo licitatório como uma excepcionalidade, citando inclusive que boa parte da doutrina aponta que a prática do carona representa uma possível afronta a princípios constitucionais, além de distorções funcionais como, por exemplo, os riscos de a empresa detentora da ata controlar parte significativa de negócio local, regional ou nacional e de aquisições que não contemplam a real necessidade do órgão com a leniente adaptação do objeto a ser contratado a um objeto já registrado em ata, no qual o relator reafirmou seu entendimento de que a adesão prevista no art. 22 do Decreto 7.892/2013 para órgão não participante (ou seja, que não participou dos procedimentos iniciais da licitação) é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos de pregões para Sistema de Registro de Preços.
- 4.5.2. Não obstante, a licitação será precedida de IRP (Intenção de Registro de Preços), com publicação no SIASG, possibilitando, dessa forma, a participação dos órgãos interessados em adquirir o objeto licitado.
- 4.6. O Órgão Gerenciador será a Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF).
- 4.7. A validade da ata de registro de preços poderá ser de até 12 meses, podendo ou não ser prorrogada, a critério da administração, conforme art. 12 do Decreto nº 7.892/13.
- 4.8. A Administração realizará pesquisa de mercado de periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta dias), a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados na Ata.
- 4.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.10. O fornecedor que não aceitar reduzir o preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.10.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.11. O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 4.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 4.13. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
- 4.14. As condições gerais do fornecimento, tais como prazos de entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições de ajuste, encontram-se definidos neste Termo de Referência.
- 4.15. Recomenda-se que as áreas responsáveis pelo gerenciamento da ata de registro de preços observem os procedimentos implantados pelo Decreto nº 9.488/2018, bem como as orientações exaradas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia constantes no endereço: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1005-irp-noticia>, com a finalidade de evitar quaisquer irregularidades no ato da concessão de adesão à futura Ata de Registro de Preços.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1. Devido à importância das embalagens de segurança no processo da cadeia de custódia, à necessidade de personalização e padronização visual, e à necessidade de os códigos de barras serem reconhecidos pelo sistema informatizado de gestão da Perícia Criminal da Polícia Federal (Sistema Nacional de Gestão de Atividades da Criminalística – SISCRIM), faz-se necessária a apresentação e análise de amostras das embalagens antes da conclusão da compra, especialmente quanto à verificação do funcionamento adequado dos lacres de segurança das embalagens plásticas.
- 5.2. Para avaliar a conformidade do produto oferecido com os requisitos técnicos, será utilizada a quantidade de 10 (dez) embalagens de segurança como amostras, não sendo obrigatório ter o tamanho exato do item de licitação, nem possuir personalização para layout e arte da Polícia Federal.
- 5.3. As amostras deverão ser entregues num prazo máximo de 5 dias corridos, no endereço da DITEC/PF, conforme tabela do item 5.6 abaixo. As amostras poderão ser submetidas a testes de natureza destrutiva, não sendo portanto objeto de devolução à licitante, salvo solicitação expressa da mesma.
- 5.4. As amostras serão analisadas por uma comissão, nomeada por portaria publicada em Aditamento Semanal da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, na fase de aceitação do material, durante a realização do certame licitatório. As análises serão realizadas por meio de critérios objetivos, tendo por base os requisitos especificados neste termo de referência, inclusive, eventualmente, fazendo-se uso e teste prático do sistema de lacre. Para fins de aceitação ou rejeição das amostras apresentadas, serão considerados os defeitos CRÍTICOS, GRAVES e TOLERÁVEIS, definidos pela norma NBR 5426.
- 5.5. A apresentação das amostras contendo defeitos CRÍTICOS, implicará na recusa do objeto e, conseqüentemente, à não contratação e aplicação das penalidades previstas. As amostras que apresentarem defeitos GRAVES poderão, a critério da Polícia Federal, ser aceitas, com a condicionante de que a licitante apresente amostras nas mesmas quantidades descritas nesta especificação, com todas as divergências apontadas corrigidas no prazo assinalado em edital, a fim de garantir que compreendeu as divergências apontadas e tem condições de corrigi-las. As amostras que eventualmente apresentarem defeitos considerados TOLERÁVEIS, a critério da Polícia Federal, poderão ser corrigidas quando da produção definitiva do material, mediante comunicação ao fornecedor requisitando o saneamento de tais defeitos.
- 5.6. O prazo de entrega dos itens 1 a 5 é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) ordem de fornecimento de bens, em remessa única. A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço: Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal, SPO lote 07 - Edifício do Instituto Nacional de Criminalística - INC, Brasília/DF, CEP 70.610-902
- 5.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 5.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE****6.1. São obrigações da Contratante:**

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7.1.7. deverá adotar, no que couber, as disposições da IN nº 01/2010 - SLTI/MPOG, da Resolução nº 362/2005 - CONAMA e da Resolução nº 340/2003 - CONAMA, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos;
- 7.1.8. Realizar a separação de resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços, em parceria com a Contratante, observado os dispositivos legais e de acordo com o Decreto nº 5.940/06 e In/MARE no 6/1995;
- 7.1.9. Cumprir as Normas Brasileiras NBR públicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365$

$I = 0,00016438$  TX = percentual da taxa anual = 6 %

## 12. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

12.1. *Fica a Contratada obrigada a devolver a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.*

## 13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Por tratar-se de compra de materiais de consumo com entrega imediata e integral dos bens adquiridos a cada evento de consumo da ata de registro de preços, não resultando em obrigações futuras, inclusive assistência técnica, não haverá necessidade de garantia contratual da execução, visto que as obrigações da contratada se encerram com a entrega dos materiais.

## 15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O material de consumo adquirido não terá garantia contratual complementar à garantia legal ofertada pelo fabricante.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

16.2.3. multa compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. Os valores unitário e total máximos aceitáveis são os indicados no quadro abaixo, conforme Mapa Comparativo de preços nº 18315344.

Item	MATERIAL	CATMAT	UNID. MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	QUANTIDADE TOTAL	PREÇO DE REFERÊNCIA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Tipo B: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 155mm x 200mm)	243991	unid.	12.399	49.594	1,54	19
2	Tipo C: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 195mm x 280mm)	243991	unid.	16.245	64.978	2,46	39
3	Tipo D: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 265mm x 345mm)	243991	unid.	13.363	53.450	2,64	35
4	Tipo E: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 315mm x 400mm)	243991	unid.	10.268	41.071	3,08	31
5	Tipo F: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 405mm x 485mm)	243991	unid.	6.274	25.097	4,68	29
				58.548	234.190		155

## 18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. Os recursos necessários para abertura do certame são os referentes à estimativa de gastos com a aquisição mínima do objeto, conforme quadro do item 17.1, coluna "PRÉ-EMPENHO (R\$)", e encontram-se detalhados abaixo, no valor total de R\$ 155.268,21 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e sessenta

e oito reais e vinte e um centavos):

Item	MATERIAL	CATMAT	ND / SUBITEM	QUANTIDADE	PREÇO DE REFERÊNCIA	PRÉ-EMPENHO
1	Tipo B: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 155mm x 200mm)	243991	339030.19	12.399	1,54	19.093,69
2	Tipo C: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 195mm x 280mm)	243991	339030.19	16.245	2,46	39.907,32
3	Tipo D: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 265mm x 345mm)	243991	339030.19	13.363	2,64	35.232,46
4	Tipo E: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 315mm x 400mm)	243991	339030.19	10.268	3,08	31.650,34
5	Tipo F: Envelope Plástico com Lacre (Medidas: 405mm x 485mm)	243991	339030.19	6.274	4,68	29.384,40
			<b>Qtde Total:</b>	<b>58.548</b>	<b>Valor Total:</b>	<b>155.268,21</b>

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras  
Atualização: Dezembro/2019

Brasília/DF, 29 de abril de 2021

**LUÍS OTÁVIO GOUVEIA**  
Perito Criminal Federal

**DESPACHO**

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Termo, tendo-o como motivado e em conformidade com o Inciso II, Art. 14º, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.
2. Aprovo este Termo de Referência tendo em vista atender o disposto na legislação da modalidade de licitação Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços.
3. Autorizo a abertura de licitação do tipo Pregão Eletrônico.

**NIVALDO PONCIO**  
Perito Criminal Federal  
Diretor Técnico-Científico

ANEXO I: IS nº 24/2019-DITEC (16737143)



Documento assinado eletronicamente por **LUIS OTAVIO GOUVEIA, Perito(a) Criminal Federal**, em 14/06/2021, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO PONCIO, Diretor(a)**, em 14/06/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19111634** e o código CRC **DA72FC4F**.